Fontes das Obrigações: Contratos Especiais, Atos Unilaterais, Responsabilidade Civil e outras Fontes (DCV0311)

Datas dos Seminários

1º Bimestre (Seminários sobre Contratos Especiais)

25 (quarta-feira) e 27 (sexta-feira) de março de 2015

25/03/15 - Turmas 22 e 23

27/03/15 - Turma 21

2º Bimestre (Seminários sobre Responsabilidade Civil)

27 (quarta-feira) e 29 (sexta-feira) de maio de 2015

27/05/15 - Turmas 22 e 23

29/05/15 - Turma 21

Serão disponibilizados dois seminários no Moodle baseados em acórdãos, destacando que tais seminários devem ser respondidos e levados para a classe somente para o debate com os colegas.

O escopo central da atividade consiste justamente no debate entre os discentes e, por tal razão, não será aceita a entrega de seminário fora das datas designadas a não ser nas hipóteses previstas em lei que justifiquem as faltas dos alunos.

Excepcionalmente, os alunos que não puderem comparecer em um dos dias (ou horários) poderão realizar o seminário em outras turmas SOMENTE nos dias designados.

Tais orientações, cumpre salientar, **valem igualmente para as faltas durante as aulas e/ou provas, uma vez que inexistente qualquer abono de faltas a não ser o legalmente previsto e que deve ser resolvido institucionalmente (e não pelo docente).**

Assim sendo e, para asseverar o que aqui foi afirmado, transcrevo os textos legais, assim como uma das deliberações institucionais em Departamento desta unidade e em outras unidades (as demais estarão disponíveis no Tópico I), ainda que despidas em razão do disposto no Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 e na Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.

Atenciosamente

Antonio Carlos Morato

DECRETO-LEI Nº 1.044, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/dell1044.htm

Art1º São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;

b) ocorrência isolada ou esporádica;

c) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia), asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas, etc.

Art 2º Atribuir a êsses estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercício domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

LEI Nº6.202, DE 17 DE ABRIL DE 1975.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6202.htm

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.